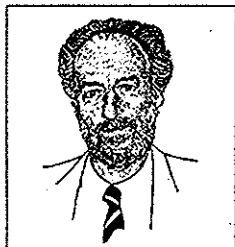


WASHINGTON NOVAES

Tormentas no novo milênio

Infelizmente, passou de novo despercebida da comunicação em geral uma série de reuniões, realizadas nas duas últimas semanas, em que, de um lado o governo norte-americano e seus principais aliados (Canadá, Japão, Austrália) e, de outro, os países membros da União Européia



Secas e inundações castigarão o planeta em frequência e intensidade inimaginadas

(UE) tentaram retomar negociações para um acordo que permita pôr em vigor o Protocolo de Kyoto, pelo qual os países industrializados assumem o compromisso de reduzir em 5%, entre 2008 e 2012, suas emissões de gases formadores do efeito estufa.

Por um ângulo, tratava-se de algo promissor, a tentativa de superar o impasse observado há poucas semanas em Haia, na reunião das partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas – e superar antes da mudança de governo nos EUA, que pode dificultar ainda mais um acordo. Por outro ângulo, entretanto, tratava-se de algo inquietante – os países industrializados tentando decidir sozinhos sobre algo que envolve todos os países e terá consequências em todos eles. Talvez mesmo criando, à revelia deles, obrigações delicadas.

Como não houve acordo entre os industrializados, o provável é que no fim de fevereiro ou começo de março se faça um novo esforço de negociação, a fim de que, antes da reunião das partes prevista para maio, em Bonn, se possa chegar a um acerto mínimo, depois de asentada a poeira da posse do governo Bush. Mas um acerto que envolva industrializados e países em desenvolvimento – ou então se terá um novo impasse.

“O jogo está ficando muito pesado”, comenta um negociador brasileiro nessa área. “O lado econômico está prevalecendo claramente, em detrimento das preocupações científicas e ambientais”, diz ele, às vésperas de embarcar para a China, onde será concluída a re-

visão do novo relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas.

E já se sabe que as afirmações do relatório, subscrito por cientistas de quase 200 países, serão muito graves. Se não mudar a atual tendência de crescimento das emissões de gases do efeito estufa, a temperatura da Terra – que já subiu

0,6 grau centígrado desde o início da era industrial – subirá no próximo século entre 1 e 6 graus. O degelo nos pólos e em outros pontos poderá levar a uma elevação do nível do oceano de até um metro – o que significará a inundação das áreas costeiras e o desaparecimento de muitos países insulares. Secas e inundações castigarão o planeta em frequência e intensidade inimaginadas.

Nada disso comove alguns países, extremamente preocupados com as consequências econômicas decorrentes das mudanças em suas matrizes energéticas, para reduzir a emissão de gases. Para fugir a essas mudanças e aos compromissos assumidos na

convenção do Rio de Janeiro e no Protocolo de Kyoto, os EUA insistem agora em contabilizar a seu favor a retenção de carbono em suas florestas recuperadas e em suas lavouras. Insistem também em que não haja limites para a “compra de direitos de emissão” de países que reduziram a sua (como Rússia e Ucrânia).

Já os europeus não aceitam as duas teses. E são acusados de hipócritas pelos norte-americanos, que argumentam: a Inglaterra, até reduzir a participação do carbono em sua matriz energética (e, por consequência, suas emissões), alinhava-se com as teses norte-americanas – agora está contra; a Alemanha, como teve de fechar muitas indústrias obsoletas da parte oriental, reduziu no conjunto suas emissões e se sente no direito de pressionar os EUA; ingleses e alemães – inclusive os “verdes” – fecham os olhos a que a França dependa em 70% da execrada energia nuclear, para não pressioná-la a reduzir emissões.

Mais complexo ainda é que os EUA e o chamado Grupo Umbrella (que reúne seus aliados) ressuscite a tese de que Brasil, Índia e China tenham de reduzir imediatamente suas emissões, quando a convenção de 1990 e a resolução de Kyoto

não estabelecem isso. E não o fazem por haver sido reconhecido que há uma responsabilidade diferenciada, já que os países industrializados emitem gases desde o início da revolução industrial, enquanto os países em desenvolvimento só o fazem a partir das últimas décadas. Aceitou-se, por isso, calcular a responsabilidade de cada país diretamente em sua contribuição para o aumento da temperatura do planeta, segundo método que leva em conta tanto as emissões históricas quanto as atuais. (O Brasil, com emissões ao redor de 240 milhões de toneladas anuais de equivalente de dióxido de carbono, é responsável por cerca de 3% das emissões totais, proporcionais a sua população – também pouco abaixo de 3% da população planetária.)

Em meio ao bate-boca, é extremamente preocupante que o chamado viés econômico supere e marginalize outros ângulos da discussão, já que o panorama, nesta véspera do terceiro milênio, é inquietador. Ainda mais se se relembra também o que afirmou há poucas semanas um relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e WWF, já comentado neste espaço: considerados apenas alimentos, energia e recursos naturais, já estamos consumindo no planeta mais de 40% além da capacidade de restauração da biosfera; se consumíssemos, todos os habitantes no planeta, na mesma proporção que norte-americanos, alemães ou franceses, precisaríamos de mais dois planetas iguais à Terra.

O consumo no mundo continua crescendo, as emissões de gases também. Permitindo prever um agravamento da situação, neste final de década (a mais quente desde que se registram temperaturas), de século, de milênio. Pior para todos.

E assim será enquanto os cidadãos, a sociedade, não obrigarem os homens públicos a colocar essas questões – a problemática ambiental como um todo – no início e no centro de todas as políticas. Antes do econômico, não depois.

